

Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		585.772,92	622.004,47	-5,82%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		2.564,26	1.929,31	32,91%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	0,00%
		588.337,18	623.933,78	-5,71%
Ativo corrente				
Inventários		1.706,13	798,53	113,66%
Créditos a receber		4.068,31	5.352,57	-23,99%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos correntes		1.078,01	2.629,91	-59,01%
Diferimentos		0,00	191,74	-100,00%
Caixa e depósitos bancários		199.094,09	168.717,56	18,00%
		205.946,54	177.690,31	15,90%
Total do Ativo		794.283,72	801.624,09	-0,92%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		0,00	0,00	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados		322.798,99	336.894,58	-4,18%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		379.460,58	395.938,53	-4,16%
Resultado líquido do período		-64,55	-14.095,59	99,54%
Total dos fundos patrimoniais		702.195,02	718.737,52	-2,30%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente				

Balanco

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variancia
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	
Fornecedores		15.900,03	14.206,44	11,92%
Estado e outros entes públicos		9.182,60	6.989,44	31,38%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outros passivos correntes		67.006,07	61.690,69	8,62%
		92.088,70	82.886,57	11,10%
Total do Passivo		92.088,70	82.886,57	11,10%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		794.283,72	801.624,09	-0,92%

(1) - Euro

O cc,
[Handwritten signature]
 para Repetir
[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados		308.457,64	253.164,23	21,84%
Subsídios, doações e legados à exploração		234.737,80	202.915,02	15,68%
Variação nos Inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-64.519,69	-44.132,60	-46,20%
Fornecimentos e serviços externos		-116.474,07	-103.776,02	-12,24%
Gastos com o pessoal		-343.640,56	-301.273,06	-14,06%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		19.537,15	20.144,55	-3,02%
Outros gastos e perdas		-1.931,27	-340,40	-467,35%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.167,00	26.701,72	35,45%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-36.231,55	-40.797,31	11,19%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-64,55	-14.095,59	99,54%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-64,55	-14.095,59	99,54%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-64,55	-14.095,59	99,54%

(1) - Euro

O ce,
 Paulo Roberto
 José Roberto
 ...

Anexo ao balanço e demonstração de resultados

Índice

Anexo ao balanço e demonstração de resultados.....	1
1. Identificação da Entidade	2
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2
3. Principais Políticas Contabilísticas	2
3.1. Bases de Apresentação	2
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	4
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	8
6. Inventários.....	10
7. Rédito	10
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
9. Benefícios dos empregados.....	11
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11. Outras Informações.....	12
11.1. Investimentos Financeiros.....	12
11.2. Utentes	12
11.3. Outras contas a receber	12
11.4. Diferimentos	12
11.5. Caixa e Depósitos Bancários	13
11.6. Fundos Patrimoniais.....	13
11.7. Fornecedores	13
11.8. Estado e Outros Entes Públicos	13
11.9. Outras Contas a Pagar	14
11.10. Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.11. Outros rendimentos e ganhos	15
11.12. Outros gastos e perdas.....	15
11.13. Acontecimentos após data de Balanço	15

1. Identificação da Entidade

A Associação de Apoio Social de Sanfins é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação/IPSS, com estatutos publicados no Diário da República n.º 70 de 24/03/1992, Série III, com sede na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 10, 4520-542 Sanfins. Tem como atividade a promoção do apoio social nas valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ERPI para que possa prosseguir os seus objetivos estatutários.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e respetivas alterações promovidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 14 de março e Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos foram reconhecidos quando eles ocorreram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos foram registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	2, 5 e 10 anos
Equipamento básico	4, 5, 8 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3, 5 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5, 7, 8 e 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Investimentos financeiros

A Entidade detém participação no Fundo de Compensação sem qualquer influência significativa.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários, o custo médio ponderado.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-01-2021	Aquisições	Abates	Saldo em 31-12-2021
Ativo Fixo Tangível				
Terrenos e recursos naturais	205 520,00			205 520,00
Edifícios e outras construções	711 301,59	18 990,38		730 291,97
Equipamento básico	54 959,86	2982,76		57 942,62
Equipamento de transporte	63 433,58			63 433,58
Equipamento administrativo	19 071,98	590,4		19 662,38
Outros ativos fixos tangíveis	71 526,49			71 526,49
Total	1 125 813,50	22 563,54	0,00	1 148 377,04

	Saldo em 01-01-2021	Reforço	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0			0,00
Edifícios e outras construções	299 441,82	33 080,71		332 522,53
Equipamento básico	46 901,11	3 249,38		50 150,49
Equipamento de transporte	63 433,58			63 433,58
Equipamento administrativo	18 383,45	561,47		18 944,92
Outros ativos fixos tangíveis	57 415,30	3 905,75		61 321,05
Total	485 575,26	40 797,31	0,00	526 372,57

	Saldo em 01-01-2022	Aquisições	Abates	Saldo em 31-12-2022
Ativo Fixo Tangível				
Terrenos e recursos naturais	205 520,00			205 520,00
Edifícios e outras construções	730 291,97			730 291,97
Equipamento básico	57 942,62			57 942,62
Equipamento de transporte	63 433,58			63 433,58
Equipamento administrativo	19 662,38			19 662,38
Outros ativos fixos tangíveis	71 526,49			71 526,49
Total	1 148 377,04	0,00	0,00	1 148 377,04

	Saldo em 01-01-2022	Reforço	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	332 522,53	33 080,72		365 603,25
Equipamento básico	50 150,49	705,03		50 855,52
Equipamento de transporte	63 433,58			63 433,58
Equipamento administrativo	18 944,92	376,73		19 321,65
Outros ativos fixos tangíveis	61 321,05	2 069,07		63 390,12
Total	526 372,57	36 231,55	0,00	562 604,12

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2021	Compras em 2021	Inventário em 31-12-2021	Compras em 2022	Inventário em 31-12-2022
Matérias primas	629,40	44 301,73	798,53	65 427,29	1 706,13
Custo materias consumidas			44 132,60		64 519,69

7. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestações de serviços	308 457,64	253 164,23
Quotas dos utilizadores	307 852,64	252 764,23
Terceira Idade	307 852,64	252 764,23
Centro de Dia	81 364,85	53 980,90
SAD	52 245,32	40 886,00
ERPI	174 242,47	157 897,33
Quotizações e jóias	605,00	400,00
Quotizações	605,00	400,00
Serviços secundários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios do estado e outros entes publicos	2022	2021
Subs.Seg.Social	223 274,05	189 291,76
Terceira Idade	223 274,05	189 291,76
Centro de Dia	38 173,20	30 567,04
SAD	103 203,22	89 797,05
ERPI	81 897,63	67 340,74
COVID	0,00	1 586,93
Subs. IEFPI/APMEI	1 288,00	5 806,01
CEI/COVID	1 288,00	5 806,01
Subs. C.M.Feira	10 175,75	7 817,25
Refeições escolares e mov.bem estar	10 175,75	7 817,25

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais manteve-se. Em março de 2022 foram eleitos os órgãos sociais:

Cargo	Nome
Direção	
Presidente	Elisio Mata
Vice-Presidente	Paulo Sá
Tesoureiro	Jerusa Silva
Secretário	Veríssimo Teixeira
Vogal	Júlio Silva
Assembleia Geral	
Presidente	Manuel Tavares
1º Secretário	Alberto Tavares
2º Secretário	Arménio Sá
Conselho Fiscal	
Presidente	Álvaro Martins
1º vogal	Fernando Pinho
2º vogal	Belmiro Santos

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 22, aumentando em 31/12/2022 para 23.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações do pessoal	280 344,85	245 382,47
Encargos sobre remunerações	59 642,59	51 596,45
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 653,12	4 251,99
Outros gastos com o pessoal	0,00	42,15
Total	343 640,56	301 273,06

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

6

11. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos financeiros	2 564,26	1 929,31
Outros investimentos financeiros	2 564,26	1 929,31
Outros	2 564,26	1 929,31
Fundos	2 564,26	1 929,31
Fundo Compensacao Trabalho (FCT)	2 193,78	1 558,83
FRSS - Seg.Social	370,48	370,48

11.2. Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
UTENTES CENTRO DE DIA	1 732,95	1 947,45
UTENTES SAD	825,16	177,50
UTENTES ERPI	1 510,20	3 227,62
Total	4 068,31	5 352,57

11.3. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores diversos	1 078,01	2 229,91
Devedores por acresc.rendimentos	0,00	0,00
Acresc.out.rendimentos	0,00	0,00
Pessoal	0,00	400,00
Adiantamentos	0,00	400,00
Ao pessoal	0,00	400,00
Total	1 078,01	2 629,91

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Diferimentos	0,00	191,74
Gastos a reconhecer	0,00	191,74

Seguros	0,00	191,74
---------	------	--------

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	836,46	290,24
Depósitos à ordem	198 257,63	168 427,32
Total	199 094,09	168 717,56

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Resultados transitados	336 894,58		14 095,59	322 798,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	395 938,53			379 460,58
Subsídios	190 418,53			173 940,58
Subsidio ISS Pares (Lar Idosos)	125 530,99		12 553,10	112 977,89
Subsidio C.M.Feira (Lar Idosos)	24 166,66		2 416,67	21 749,99
Subsidio PIDACC	31 243,95		1 157,18	30 086,77
Subsidio C.M.Feira (Centro Dia)	9 476,93		351,00	9 125,93
Doações	205 520,00			205 520,00
Doação Terreno	205 520,00			205 520,00

11.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores	15 900,03	14 206,44
Fornecedores c/c	15 900,03	14 206,44
Fornecedores gerais	15 900,03	14 206,44

11.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Estado e outros entes públicos		
Ativo	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
IVA - Reembolsos pedidos	0,00	0,00

6

Outras tributações	0,00	0,00
Outras tribut.-IGFSS	0,00	0,00
Passivo	9 182,60	6 989,44
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 704,00	906,00
Rendim.Trab.dep.	1 704,00	906,00
Rendim.Trab.indep.	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	7 478,60	6 083,44
Contrib.Seg.Social	7 478,60	6 083,44
Outras tributações	0,00	0,00
Outras tribut.-IGFSS	0,00	0,00
Outras tribut.-FCT/FGCT	0,00	0,00

11.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal	1 080,26	18 032,38
Remunerações a pagar	1 080,26	18 032,38
Ao pessoal	1 080,26	18 032,38
Outras contas a pagar	48 425,81	43 658,31
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	48 425,81	43 658,31
Credores por acréscimos de gastos	48 425,81	43 658,31
Gastos pessoal - fer./sub.fer.	48 425,81	43 658,31
Acresc.out.gastos	0,00	0,00
Credores diversos - PRR asiantamento	17 500,00	0,00
Total	67 006,07	61 690,69

11.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos	116 474,07	103 776,02
Serviços especializados	39 738,24	35 932,27
Trabalhos especializados	22 454,68	21 093,14
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Vigilância	0,00	192,80
Honorários	0,00	0,00
Conservação e reparação	17 283,56	14 209,00
Outros	0,00	437,33
Materiais	10 481,28	11 848,54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 213,85	8 968,14
Material de escritório	1 788,72	1 660,63

Artigos para oferta	927,35	913,04
Outros	551,36	306,73
Energia e fluidos	39 016,05	27 010,39
Electricidade	11 000,96	8 418,44
Combustíveis	6 839,95	3 864,21
Água	3 339,95	2 144,11
Gás	17 835,19	12 583,63
Deslocações, estadas e transportes	366,55	145,56
Serviços diversos	26 871,95	28 839,26
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	1 457,71	1 696,24
Seguros	1 599,81	1 344,15
Contencioso e notariado	50,00	15,00
Limpeza, higiene e conforto	22 980,03	20 991,84
Outros serviços	784,40	4 792,03

11.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos	19 537,15	20 144,55
Rendimentos suplementares	0,00	255,33
Desc. p.p.obtidos	0,00	0,00
Outros	19 537,15	19 889,22
Imputação de subsídios para investimentos	16 477,95	16 477,95
Correções rel.ex.ant.	0,00	0,00
Outros não especificados	3 059,20	3 411,27
Donativos	2 167,71	3 411,27
Outros	891,49	0,00

11.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros gastos e perdas	1 931,27	340,40
Dividas incobráveis	559,27	0,00
Corre.rel.ex.ant.	0,00	90,40
Quotizações	250,00	250,00
Outros	1 122,00	0,00
Outros não especificados	1 122,00	0,00
Multas e Penalidades	1 071,00	0,00
Outros	0,00	0,00

11.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

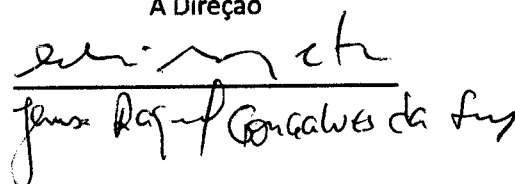
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção.

Sanfins, 14 de março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção



João Roque Gonçalves da Luz